



## Congresso analisa hoje cinco vetos e projetos orçamentários

Votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual 2016–2019 depende da votação de vetos em sessão marcada para as 19h



Waldemir Barreto/Agência Senado - 2/12/15

Senadores e deputados reúnem-se em sessão do Congresso para analisar pauta extensa que inclui cinco vetos, com prioridade de votação, e projetos que tratam do Orçamento — a lei que aponta as diretrizes para 2016 e a que define as prioridades para os próximos quatro anos —, além de 24 propostas que abrem créditos extraordinários em 2015. A aprovação do Plano Plurianual pelo Plenário do Congresso é condição para que a comissão mista analise o Orçamento para 2016. Já o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias em análise prevê superavit primário de R\$ 43,8 bilhões, o equivalente a 0,7% do PIB. **3**

Sessão do Congresso Nacional: entre os cinco vetos em pauta, está o que trata da chamada desaposeção

### Corte no Bolsa Família pode ser revertido

Líder do governo na Comissão Mista de Orçamento, o deputado Paulo Pimenta disse que vai tentar retirar o corte de R\$ 10 bilhões no programa anunciado ontem no pa-

recer final do Orçamento de 2016. Para o relator, deputado Ricardo Barros, em caso de alteração, deve haver indicação de outra forma de redução de custos. **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ricardo Barros apresenta relatório do Orçamento de 2016 ao lado da senadora Rose de Freitas

### Presidente do Banco Central fala sobre política monetária **3**

### Senadores debaterão projeto que combate trabalho escravo **6**

### Subcomissão ouve especialistas sobre minerais nucleares **2**

### Agenda Brasil avalia 17 propostas amanhã

A comissão que analisa propostas para a retomada do crescimento econômico do país se reúne amanhã para votar 17 itens. Entre eles, o projeto que permite que empresas e pessoas físicas deduzam do Imposto de Renda até 50% de doações a projetos de reciclagem. Também está na pauta a proposta que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para proibir punições a municípios que extrapolem o limite de pagamento de pessoal quando houver redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Observado por Paulo Paim, um dos coordenadores da Samarco, Estanelau Klein, fala em audiência

### Comissão apoia criação da CPI das Barragens

A Comissão de Direitos Humanos decidiu apoiar a proposta de Paulo Paim de criar uma CPI mista que investigue a situação das barragens das mineradoras. Paim já

começou a buscar as assinaturas de deputados e senadores para a criação da CPI. A comissão ouviu um coordenador da Samarco sobre o acidente em Mariana (MG). **7**

### especial Cidadania

### Uma ponte entre o Senado e o cidadão

Em 2015, os cidadãos acessaram como nunca as notícias do Senado. Os seguidores da Casa no Facebook cresceram quase 200%.

Os cliques no Portal de Notícias mais do que dobraram. Os vídeos da TV Senado no YouTube bateram recorde de acessos. **4 e 5**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fotógrafo do Senado registra sessão plenária: comunicação na Casa se fortaleceu em 2015

Na pauta, projeto que permite deduzir do IR doações a projetos de reciclagem, além de mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal para proibir sanções a prefeitura que estourar despesa com pessoal

# Comissão vota 17 projetos da Agenda Brasil amanhã

## AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional volta a se reunir amanhã, às 14h30, para analisar 17 projetos da Agenda Brasil.

Um dos itens da pauta é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 187/2012, que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem. De Paulo Bauer (PSDB-SC), o projeto estabelece que a dedução será limitada a 50% do valor total das doações de pessoas jurídicas ou físicas. Pelo projeto, cada contribuinte poderá doar o equivalente a, no máximo, 4% do total do Imposto de Renda devido por empresas e de 6% no caso de pessoas físicas.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentou substitutivo estabelecendo, além das deduções, que o Executivo fixará anualmente os limites para as deduções por pessoas físicas e jurídicas. O novo texto também estabelece que os projetos de reciclagem que poderão receber os recursos das deduções serão selecionados e fiscalizados pelo Executivo. Como recebeu substitutivo, o projeto será votado em dois turnos na Comissão da Agenda Brasil, onde tramita em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para análise da Câmara.

Também consta da pauta o PLS 316/2015, do presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA). O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, vedando a aplicação de sanções ao município que



Otto Alencar, Blairo Maggi e Valdir Raupp na reunião da semana passada

ultrapassar o limite da despesa com pessoal quando isso ocorrer por conta da diminuição das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) decorrente de isenção tributária da União.

O projeto, que também veda sanções ao prefeito que não pagar despesas empenhadas pelo antecessor, já foi debatido na comissão. Uma dúvida sobre a redação de um artigo, porém, motivou a retirada de pauta na última reunião.

Outro item que consta da pauta da comissão é o PLS 341/2013, de Benedito de Lira (PP-AL), que incentiva a produção de peixes integrada à agricultura. O projeto estimula a utilização de resíduos da piscicultura na adubação de solo para plantios agrícolas.

Entre os benefícios aos produtores, estão a dispensa do licenciamento ambiental para empreendimentos de pequeno porte, a prioridade na concessão e renovação de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e isenção da cobrança pelo uso de recursos

hídricos para agricultores familiares. O texto, que tem voto favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), tramita em caráter terminativo.

A comissão ainda deve votar o PLS 104/2015, que estimula o empreendedorismo de jovens que vivem e trabalham no meio rural, e o PLS 313/2011, sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais não procurados.

Outra proposta que deve ser votada é o PLS 183/2015, que permite aos estados e municípios o uso dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento. O texto passará por turno suplementar de votação, por ser substitutivo.

Pelo mesmo motivo, o PLS 186/2014, que regulamenta a exploração dos jogos de azar, e o PLS 429/2015, que destina recursos para a revitalização de rios, serão submetidos a mais um turno de votação.

A Agenda Brasil é uma pauta do presidente do Senado, Renan Calheiros, para a retomada do crescimento econômico.

## Ana Amélia apoia empresa gaúcha que persiste apesar da crise

Ana Amélia (PP-RS) disse que, apesar da crise, há empresas no Rio Grande do Sul que têm espaço para crescer. A senadora citou a Cooperativa Santa Clara, de produtores de leite, com mais de cem anos de existência e 5 mil associados, que tenta superar os obstáculos com mais produção.

Outros exemplos são a Tramontina, também centenária, que exporta para 120 países, e a Todeschini, com previsão de triplicar o tamanho da fábrica.

— Nos enche de orgulho de vê-las resistindo bravamente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Wellington cobra avanço das obras do metrô de superfície de Cuiabá

Wellington Fagundes (PR-MT) cobrou a continuação das obras do veículo leve sobre trilho (VLT) em Cuiabá e de todas as obras inacabadas da Copa. O senador citou a instalação da Frente Parlamentar Pró-VLT e informou que já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão nas obras do empreendimento.

Wellington ressaltou que o VLT não tem apenas o objetivo de carregar passageiros, mas faz parte do projeto urbanístico da cidade. Para ele, será preciso envolver as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande, já que o transporte é intermunicipal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Telmário quer liberação das vaquejadas no Distrito Federal

Telmário Mota (PDT-RR) criticou a recente decisão judicial que proibiu os torneios de vaquejada no Distrito Federal. Segundo ele, isso afronta uma manifestação cultural legítima e traz prejuízos econômicos.

— A vaquejada se modernizou, profissionalizando-se, tornando-se reconhecida como esporte. Não envolve só cultura, mas também geração de empregos, de impostos. A mão de obra que construiu Brasília foi do nordestino, do nortista, então não se pode acabar com uma cultura genuinamente brasileira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Subcomissão faz audiência hoje sobre minerais nucleares

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, ligada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), reúne-se hoje para debater a situação dos minerais nucleares no Brasil. A audiência pública será interativa e começará às 15h30, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Para o debate, foram convidados o presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Aquilino Senra Martinez, o diretor-geral

interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Telton Elber Corrêa, e o ex-diretor das Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebras) e presidente da J. Forman Consultoria, John Milne Albuquerque Forman.

Instalada em junho, a subcomissão é presidida pelo senador Wilder Moraes (PP-GO).

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CCT Mão de obra para a ciência

9h Análise de formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e informação. Depois, votação de 69 itens, incluindo projeto que obriga o governo a divulgar despesas com publicidade.

### CDH Ciclo de debates

9h A comissão faz duas audiências sobre trabalho: uma com foco na terceirização e a outra, no trabalho escravo.

### CMA Delegação chinesa

9h30 Entre os quatro itens da pauta, projeto sobre a produção e a venda de remédios para emagrecer. Depois a CMA recebe delegação chinesa para tratar sobre exploração de reservas naturais.

### CAE Diretrizes econômicas

10h Audiência interativa com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para discutir política monetária. Depois, avaliação de política pública sobre os impactos dos benefícios de ICMS concedidos pelos estados. Logo após, análise de projeto sobre partilha do pré-sal e outros sete itens.

### CCJ Medidas provisórias

10h Na pauta, projeto sobre as vedações à edição de medidas provisórias.

### PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

11h Renan Calheiros participa de reunião de líderes. Às 14h, preside a ordem do dia do Plenário do Senado e, às 19h, a sessão do Congresso.

### CE Salário-educação

11h30 A comissão examina projeto que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação.

### PLENÁRIO Código de Processo Civil

14h Abre a pauta do Plenário projeto de lei da Câmara dos Deputados que altera o Código de Processo Civil, disciplinando recursos extraordinário e especial. Projeto de Lei do Senado que trata da desapropriação das propriedades rurais e urbanas onde se verifique a exploração de trabalho escravo é destaque da pauta.

### MP 693/2015 Energia para os Jogos

14h30 Análise de relatório da MP que prevê benefícios fiscais para distribuidoras de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

### MP 695/2015 Bancos públicos

14h30 Análise de relatório da MP que amplia atuação da loteria instantânea e autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a adquirir participação em instituições financeiras até 2018.

### MP 699/2015 Bloqueio de estradas

14h30 Reunião da comissão responsável por medida que aumenta punição para quem bloquear vias públicas.

### MINERAÇÃO Minerais nucleares

15h30 Subcomissão de acompanhamento do setor de mineração faz audiência pública interativa para debater o atual contexto dos minerais nucleares no Brasil.

### CONGRESSO Vetos

19h Sessão destinada à deliberação de vetos presidenciais, que têm preferência na pauta por estarem com prazo de votação vencido, de créditos suplementares ao Orçamento de 2015 e da lei orçamentária de 2016 no Plenário da Câmara dos Deputados.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sessão marcada para as 19h reúne Senado e Câmara para analisar vetos presidenciais, que trancam a pauta, e os projetos de diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual

# Orçamento e cinco vetos na pauta do Congresso

SENADORES E DEPUTADOS podem analisar hoje, em sessão do Congresso Nacional marcada para as 19h, as propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 e do Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019 e 24 projetos de lei prevendo a abertura de créditos suplementares no Orçamento de 2015. Antes, porém, será preciso analisar cinco vetos presidenciais que têm preferência em Plenário por estarem com prazo de votação vencido.

O PPA foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na semana passada. A principal novidade do parecer é o alinhamento do texto com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O PPA funciona como o planejamento de médio prazo do país.

A partir das metas inseridas no plano é que são elaboradas a LDO e a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União.

A aprovação do PPA pelo Plenário do Congresso é condição para que a comissão mista analise o Orçamento de 2016. Caso isso aconteça, a comissão poderá aprovar o Orçamento amanhã e, em seguida, encaminhar o texto para deliberação do Congresso ainda nesta semana (*leia mais na página 8*).

Já a LDO, que orienta a elaboração do Orçamento, foi aprovada pela comissão no início de novembro.

O texto prevê para 2016 meta de superávit primário de R\$ 43,8 bilhões no setor público (União, estados, Distrito Federal e municípios), o equivalente a 0,7% do produto interno bruto (PIB).

Para a União, o superávit será de R\$ 34,4 bilhões (0,55% do PIB) e, para os demais entes federados, de R\$ 9,4 bilhões (0,15% do PIB).

## Vetos

Entre os cinco vetos que trancam a pauta do Congresso, está o Veto 49/2015, que



Plenário da Câmara durante sessão conjunta do Congresso: aprovação do Plano Plurianual é necessária para que o Orçamento 2016 seja analisado na comissão

barrou vários dispositivos ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2015, decorrente da MP 676/2015, que altera a fórmula para aposentadorias em alternativa ao fator previdenciário e cria a regra conhecida como 85/95. O Executivo alega que os artigos vetados contrariam o interesse público pelo impacto nos custos da Previdência Social.

Segundo a Lei 13.183/2015, se quiser se livrar do fator previdenciário, a mulher deve ter no mínimo 30 anos de contribuição para a Previdência e 55 anos de idade. Já os homens devem ter contribuído por 35 anos e ter 60 anos.

Um dos vetos foi ao artigo que possibilitava a chamada desapensação. A proposta original previa um novo cálculo no valor do benefício se a pessoa, depois de se aposentar, voltasse a trabalhar e contribuir para o INSS por pelo menos 60 meses. O Executivo alega que a medida contraria os pilares do sistema previdenciário e permitiria a acumulação de aposentadoria com outros benefícios de forma injustificada.

Outro item vetado trazia regras para pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador rural. O projeto estabelecia, entre outros requisitos, que poderia receber o benefício quem comprovasse ter recebido seis meses de salário antes da demissão. A presidente argumentou que isso traria critérios diferenciados para o trabalhador rural receber o seguro-desemprego, em prejuízo dos trabalhadores urbanos.

## Energia elétrica

Outro veto (VET 48/2015) se refere ao trecho da Medida Provisória (MP) 677/2015 que acaba com a cobrança das bandeiras tarifárias. A presidente Dilma Rousseff vetou o parágrafo que ampliava o prazo para que agentes que operavam no âmbito dos sistemas isolados de energia elétrica em 31 de dezembro de 2014 migrassem para o Sistema Interligado Nacional. O texto vetado previa que só seriam considerados plenamente integrados ao Sistema Interligado Nacional os agentes de sistemas isolados “após a adequação plena

dos sistemas de transmissão e distribuição associados, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)”, e não na data prevista na assinatura dos contratos de concessão, como determina a Lei 12.111/2009. A presidente argumentou que a avaliação da conclusão das obras de integração ao sistema interligado não é atribuição do CMSE.

Já o Veto 50/2015 atingiu parcialmente o PLS 141/2011, transformado na Lei 13.188/2015. A nova norma regulamenta o direito de resposta contra conteúdo considerado ofensivo na mídia. A presidente vetou o dispositivo que previa retificação pessoalmente em rádio e TV.

A pauta inclui ainda dois vetos integrais: um ao PLS 67/2011 (VET 51/2015), que regulamentava as profissões de transcritor e revisor de textos em braile, e ao PLS 304/2008 (VET 51/2015), que reduzia de 10 para 5 anos o período sem registro na junta comercial para caracterizar a inatividade do empresário ou da sociedade empresária.

A pauta do Congresso tem ainda 24 projetos de lei. Entre eles, o que abre crédito especial para o Ministério da Justiça no valor de R\$ 120 milhões (PLN 18/2015).

## Outros créditos

A maior parte (R\$ 118 milhões) vai servir para a contratação de serviços e aquisição de equipamentos relacionados à atuação das forças policiais durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Outro projeto (PLN 8/2015) libera R\$ 5 milhões para a área de saúde.

Também está na pauta o PLN 27/2015, que abre crédito suplementar de R\$ 44,3 milhões em favor da Presidência da República, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Já o PLN 11/2015 abre crédito especial de R\$ 50 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e para o Ministério Público da União. Os recursos se destinam à construção, ampliação e aquisição de edifícios.

## Tombini fará avaliação da política monetária em debate hoje

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fará uma avaliação da política monetária durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h de hoje. O debate é previsto no Regimento Interno do Senado, que determina o comparecimento do presidente do BC à CAE a cada três meses.

Na última audiência, em 15 de setembro, Tombini disse que o Banco Central mantinha o compromisso de reduzir a

inflação para o centro da meta de 4,5%. Nos últimos 12 meses, a inflação acumulada ficou em 10,48%, mais que o dobro do percentual perseguido.

Essa dificuldade se reflete na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), referente à reunião de 24 e 25 de novembro, quando a taxa referencial Selic foi mantida em 14,25%. Dois dos oito integrantes do comitê votaram pela elevação da taxa em 0,5 ponto percentual.

O Copom avaliou que permanecem as incertezas na economia, em decorrência da “velocidade do processo de recuperação dos resultados fiscais”, expressão usada para retratar a lentidão no ajuste das contas públicas. Além disso, no entender do comitê, “o processo de realinhamento de preços relativos mostra-se mais demorado e mais intenso que o previsto”.

A previsão do comitê é de que a inflação permanecerá

acima da meta de 4,5% tanto em 2015 como em 2016. Para 2017, segundo a ata, a projeção encontra-se próxima da meta.

Diante disso, a maioria dos membros do Copom considerou oportuno monitorar a evolução do cenário macroeconômico até a próxima reunião para, então, definir os passos seguintes na estratégia de política monetária.

Veja na pág. 2 como acompanhar e participar da audiência pública



Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini estará na CAE

# Um dia com a Comunicação do Senado

Integração entre os veículos, presença nas mídias sociais e parcerias com outros setores da Casa deixam o Legislativo cada vez mais aberto ao cidadão

SE NAS DUAS últimas décadas o sistema de comunicação do Senado tem servido como olhos e ouvidos da sociedade no Parlamento, em 2015 os veículos fortaleceram-se como canais de participação ativa dos cidadãos.

O Portal Senado Notícias, por exemplo, com conteúdo de todos os veículos da Casa, saiu de 548 mil visualizações em janeiro para 1,2 milhão em novembro. A página da TV Senado

foi de 1,6 milhão em 2014 para 12,4 milhões este ano, enquanto o tempo de transmissão das sessões plenárias e das comissões somou 2.897 horas. Já o alcance acumulado da página do Senado no Facebook ultrapassou 690 milhões de visualizações em 2015.

Além disso, a Comunicação tem acompanhado as ações de outros setores da Casa, como a Secretaria de Comissões, em busca de uma

interatividade cada vez maior com os cidadãos. É o caso dos projetos de lei citados em reportagens do Portal Senado Notícias. Eles recebem links que levam os internautas ao Portal e-Cidadania, onde o leitor opina sobre as propostas.

Rádio, Jornal e Relações Públicas também têm registrado maior alcance entre os cidadãos, o que pode ser conferido a seguir, acompanhando um

dia típico na Comunicação do Senado. — Temos a plena consciência desse trabalho para o cidadão, para o Senado, para os senadores, para o Poder Legislativo e para a democracia brasileira — afirma a diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom), Virgínia Galvez.

Também no início da manhã, os repórteres da Agência Senado já estão em campo atrás das notícias da Casa. A cobertura leva em conta a agenda das comissões e do Plenário e é definida na noite anterior em uma reunião de pauta.

— A nós, jornalistas, cabe o trabalho de fazer a sociedade entender as leis e transmitir de forma resumida tudo o que é votado aqui dentro — conta a chefe de reportagem da manhã, Teresa Cardoso.

O Serviço de Fotografia produz 5 mil imagens nos dias de agenda lotada. Cerca de 1,5 mil são arquivadas e 300 vão para um banco acessado pelos veículos internos, pelas assessorias de senadores e pela mídia externa.

— Um dia de movimentação intensa na Casa é um dia de movimentação intensa na nossa área, porque a gente tem que cobrir todas as atividades — explica Leonardo Sá, chefe do serviço.

Todo o conteúdo produzido pelos repórteres da Agência alimenta o Portal Senado Notícias e o *Jornal do Senado*. O compromisso diário é cobrir tudo o que acontece na Casa, incluindo audiências públicas, votações em Plenário, discursos de senadores e eventos institucionais.

— A gente trabalha com vários públicos, porque são vários assuntos, vários temas diferentes que interessam à sociedade — diz Sheyla Assunção, chefe de reportagem da tarde.

Em 2015, a TV avançou na transição da tecnologia analógica para a digital. E vai continuar avançando em 2016, com um novo espaço para a redação e a edição. Quando os novos equipamentos e sistemas estiverem em operação, a TV vai gerar um sinal de qualidade superior e vai trabalhar com ainda mais agilidade.

— Como jornalistas e servidores, a gente tem uma grande responsabilidade ao resumir o que ocorre no Senado — lembra o repórter Thiago Tibúrcio.

A Assessoria de Imprensa respondeu este ano, até novembro, a 384 pedidos de informação. O serviço também recebeu cerca de 100 consultas mensais por telefone. Segundo o assessor Luís Carlos Fonteles, “além de atender às demandas de jornalistas, a assessoria trabalha de forma integrada com o Portal da Transparência, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de publicidade dos atos administrativos”.

O nível de participação nas redes sociais do Senado só tem aumentado no Twitter, no Tumblr, no YouTube e no Instagram. Mas no Facebook os números explodiram. A quantidade de seguidores registrados no início do ano, 200 mil, foi multiplicada por quatro, o que se reflete no alcance ampliado das postagens.

— Já conseguimos alcançar mais de 20 milhões de brasileiros praticamente todas as semanas — diz Tarso Rocha, do Núcleo de Mídias Sociais.

Para o advogado Rodrigo Pereira, o portal e as mídias sociais do Senado permitem “a verdadeira participação do cidadão nas decisões do Poder Legislativo, comentando, protestando, tomando conhecimento sobre novas leis ou projetos ainda em andamento”.

— Como sou advogado e possuo interesse direto na tramitação de projetos de lei e propostas de emenda constitucional que tratam da área de direito eleitoral, acompanhar essas informações é imprescindível.

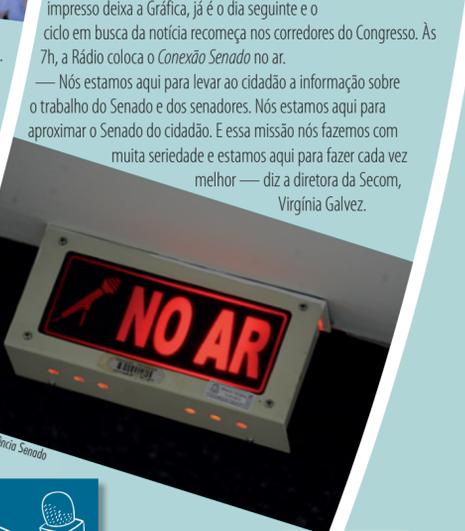
A reta final do dia é dedicada à edição do *Jornal do Senado*, que consolida a cobertura feita pela Agência desde o início da manhã. A publicação também produz conteúdo próprio como o *Especial Cidadania*, o *Arquivo S* e os encartes sobre temas específicos.

— Apesar da crise do jornalismo impresso, o *Jornal do Senado* tem despertado o interesse do cidadão, até por causa da parceria com os outros veículos — afirma o editor-chefe, Marcio Maturana.

Irmã mais nova do *Jornal*, a revista *Em Discussão!* publica amplas reportagens sobre temas diversos debatidos pelas comissões da Casa.

Quando o *Jornal* impresso deixa a Gráfica, já é o dia seguinte e o ciclo em busca da notícia recomeça nos corredores do Congresso. Às 7h, a Rádio coloca o *Conexão Senado* no ar.

— Nós estamos aqui para levar ao cidadão a informação sobre o trabalho do Senado e dos senadores. Nós estamos aqui para aproximar o Senado do cidadão. E essa missão nós fazemos com muita seriedade e estamos aqui para fazer cada vez melhor — diz a diretora da Secom, Virgínia Galvez.



**TV Senado**  
www.senado.leg.br/tv

**ALCANÇE**

- 19 milhões de assinantes de TV por assinatura — cabo e DTH
- 20 milhões de antenas parabólicas
- Sinal aberto em 20 capitais

**VISUALIZAÇÕES NO PORTAL**

Crescimento de 644%

12,49 milhões

1,68 milhão

2014

2015

**VISUALIZAÇÕES NO YOUTUBE**

Crescimento de 286%

3.612.121

935.115

2014

2015

13 mil vídeos publicados em 2015

**Mídias Sociais**  
www.facebook.com/senadofederal

**INTERAÇÃO COM O CIDADÃO**

- A página do Senado no Facebook alcançou 800 mil seguidores, um crescimento de 184% ao longo de 2015. Isso representou um salto da 21ª para a 13ª colocação no ranking das páginas de governo.
- O alcance médio das publicações subiu: em janeiro era de 900 mil pessoas por dia e chegou a 2,4 milhões de pessoas por dia em novembro.
- O alcance acumulado do ano ultrapassou 690 milhões de visualizações em 2015, cinco vezes maior que o de 2014, que foi de 139 milhões.
- O engajamento da página, que mostra o grau de envolvimento dos internautas com as publicações, chegou a ser o maior do mundo inteiro, superando, inclusive, as páginas da Nasa e da Casa Branca.
- No Twitter, o crescimento também foi consistente: o ano começou com 139 mil seguidores e já são mais de 262 mil — um acréscimo de 88%.

**Relações Públicas**

**VISITAS AO CONGRESSO**  
www.congressonacional.leg.br/visite

- 121.791 visitantes até novembro
- O Guia Michelin concedeu 3 estrelas (melhor classificação) na categoria Atrações Turísticas
- O Trip Advisor conferiu certificado de excelência pela quantidade de avaliações favoráveis dos internautas

**Jovem Senador**  
www.senado.leg.br/jovemseador

- Em 2015 houve o 8º Concurso de Redação do Senado
- Participação de 267.244 alunos, quantidade 73% superior a 2014

**Jornal do Senado**  
www.senado.leg.br/jornal

**ASSINANTES DA NEWSLETTER**

Crescimento de 125%

1.235.179

548.664

jan./15

nov./15

8.406

10.464

11.511

14.214

2012

2013

2014

2015

5.480 é a tiragem diária do jornal

**Portal Senado Notícias**  
www.senado.leg.br/noticias

**TOTAL DE VISUALIZAÇÕES**

Crescimento de 125%

1.235.179

548.664

jan./15

nov./15

**Rádio Senado**  
www.senado.leg.br/radio

**ALCANÇE**

- 10 capitais — Brasília, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Manaus, Cuiabá, Rio Branco, Macapá, Teresina e São Luís
- 3.138 emissoras parceiras em todo o Brasil
- 1.133.305 acessos no portal da Rádio na internet

**Publicidade e Marketing**

**NÚMEROS DE 2015**

Campanhas	88
Eventos e exposições	21
Premiações e concursos	11
<b>Total</b>	<b>120</b>

**Assessoria de Imprensa**

**ATENDIMENTOS**

- 384 atendimentos a veículos de imprensa
- Média de 100 atendimentos telefônicos por mês

**Saiba mais**

Veja o vídeo sobre os veículos da Casa:  
<http://bit.ly/ComunicacaoSenado>

Veja todas as edições do *Especial Cidadania* em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

**Reportagem:** Aline Guedes, André Fontenelle, Eduardo Leão, Silvío Burle  
**Arte:** Bruno Bazilio, Cássio Sales Costa

De acordo com proposta, que está pronta para ser votada no Plenário do Senado, terras onde se encontrar escravidão serão expropriadas

# Audiência trata de proposta que cria regras para reprimir trabalho escravo

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje uma audiência pública sobre o trabalho escravo. A discussão se dará em razão da inclusão na pauta do Plenário do Senado do PLS 432/2013, que regulamenta a Emenda Constitucional 81. A emenda determina a expropriação de terras onde se encontre trabalho escravo.

Para a caracterização do trabalho escravo, o projeto considera a submissão a trabalho forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação ou restrição da liberdade pessoal.

Além disso, são citadas a retenção no local de trabalho, a vigilância ostensiva, a apropriação de documentos do trabalhador e a restrição da locomoção em razão de dívida contraída com o empregador.

O projeto foi elaborado pela Comissão Mista de Consoli-



Policial federal durante operação em fazenda suspeita de ter trabalho escravo

dação das Leis e Regulamentação da Constituição em 2013 e aprovado no ano seguinte.

Foram convidados para o debate na CDH, proposto por Paulo Paim (PT-RS), os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Também foram convidados representantes da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho,

da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, da Comissão Pastoral da Terra, do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

A audiência é aberta à participação da sociedade por meio dos canais de interatividade do Senado.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) também deve analisar uma proposta sobre o mesmo tema.

O substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) ao PLS 487/2003, de Paulo Paim, impede a empresa que utilize trabalho escravo, direta ou indiretamente, de firmar contrato com órgãos públicos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Terceirização será tema de debate com centrais sindicais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará hoje, às 9h, uma audiência pública sobre as transformações no mundo do trabalho, com foco especial na terceirização e os efeitos sobre a precarização nas relações de emprego.

A audiência pública foi proposta por Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH.

Foram convidadas centrais e confederações sindicais de trabalhadores do país, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Força Sindical e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## MP isenta empresas de energia nas Olimpíadas

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 693/2015 reúne-se hoje, às 15h, para a apresentação do relatório do deputado Manoel Junior (PMDB-PB). A entrega do texto estava prevista para quinta-feira passada, mas foi adiada. A MP isenta de tributos empresas de energia que farão o fornecimento na Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

O texto cancela ou suspende a incidência de nove tributos

para as distribuidoras de energia. Além do Rio de Janeiro, sede oficial dos dois eventos, haverá partidas de futebol em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus. As empresas poderão se valer desses benefícios nas obras de construção civil e para a compra ou aluguel de máquinas.

A isenção poderá ser usufruída pelos comitês internacionais olímpico e paraolímpico, assim como pelas federações

esportivas internacionais e pelos atletas.

Entre os tributos, estão a Cide-Combustíveis, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Cofins (desde que vinculados à importação) e o Imposto de Importação.

A MP concede às distribuidoras de energia a isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte que incide sobre os valores pagos ou remetidos em virtude de prestação de serviços, fornecimento de bens ou aluguéis.

Outro ponto da MP é a isenção para o pagamento da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, que passa a beneficiar todas as empresas responsáveis pela organização dos eventos.

A comissão é presidida pelo senador Blairo Maggi (PR-MT) e tem como relator-revisor o senador Telmário Mota (PDT-RR).

## Relator apresentará avaliação sobre efetividade do Ciência sem Fronteiras

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) conhecerá amanhã o relatório de Omar Aziz (PSD-AM) sobre políticas públicas voltadas à formação de recursos humanos para a ciência, a tecnologia e a inovação. O documento terá enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras.

O programa foi instituído pelo Decreto 7.642/2011 e busca propiciar a formação e a capacitação de brasileiros em universidades, em instituições de educação profissional e tecnológica e em centros de pesquisa estrangeiros de excelência.

Ao longo do ano, a CCT promoveu várias audiências públicas sobre o tema. O processo de avaliação de políticas públicas é uma prerrogativa do Senado e nasceu com a Resolução 44/2013, a partir de

uma proposta do presidente da Casa, Renan Calheiros.

A CCT também pode votar amanhã uma série de projetos de lei, entre eles o PLS 86/2014, que obriga órgãos públicos federais do Executivo, Legislativo e Judiciário a divulgar as despesas com publicidade.

A proposta é do ex-senador Jarbas Vasconcelos. Pelo texto, além de informar os gastos com produção e divulgação de cada anúncio ou campanha, os órgãos deverão manter e publicar semestralmente um relatório sobre todas as despesas com propaganda e publicidade.

O projeto conta com o apoio do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF).

Na pauta da CCT, estão ainda projetos que tratam de autorizações de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.



Complexo do Maracanã: MP beneficia fornecimento de energia para a Rio 2016

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão de Direitos Humanos apoiou proposta para que Congresso apure situação dos rejeitos das mineradoras. Paulo Paim começou a buscar assinaturas para abrir investigação

# Congresso pode ter CPI para investigar barragens

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) apoiou ontem a sugestão de criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para apurar as condições das barragens de contenção de rejeitos das atividades de mineração. A proposta foi feita por Paulo Paim (PT-RS).

Com o aval da comissão, ele anunciou que imediatamente começaria a recolher a assinatura de senadores e deputados para criar a CPI.

O objetivo é avaliar os riscos de rompimentos e as causas e consequências dos acidentes desse tipo, determinar responsabilidades e verificar falhas dos órgãos responsáveis pelo licenciamento e pela fiscalização dessas estruturas de acúmulo de resíduos.

Paim espera que a CPI inicie os trabalhos em fevereiro.

Ontem a CDH fez uma audiência sobre o rompimento da barragem da mineradora Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), em 5 de novembro. A enxurrada de lama destruiu o povoado, causando a morte de pelo menos 13 pessoas, afetou mais de 650 quilômetros de cursos de água, até a foz do Rio Doce, no Espírito Santo, e devastou a fauna e a flora. É o maior desastre ambiental na história do Brasil.

## Hotéis

O coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco, Estaneslau Klein, elencou as medidas emergenciais, como a transferência dos desabrigados para pousadas e hotéis e o pagamento de ajuda de custo para quem teve o trabalho interrompido, como agricultores e pescadores.

Klein registrou o acordo feito com o Ministério Público do



Representante da Samarco, Estaneslau Klein (2º à esq.) enumera ações da companhia após a tragédia ambiental, durante audiência presidida por Paulo Paim (C)

Trabalho para que, mesmo com as operações paralisadas, a empresa não faça demissões em massa até 1º de março. Ele salientou que, além das medidas emergenciais, a empresa está comprometida com ações de médio e longo prazo para assegurar a reparação de danos ambientais e sociais.

— A Samarco tem se colocando totalmente à disposição, em todos os fóruns de diálogo, ouvindo os movimentos sociais e autoridades e buscando entendimentos dentro do razoável e do possível.

Foi um acordo de ajuste de conduta (TAC) negociado pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais que garantiu a manutenção dos empregos até março.

Para o procurador Geraldo Emediato de Souza, a culpa objetiva pelo desastre cabe à Samarco. Ele apontou negligência por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a seu ver sem as mínimas condições de fazer a fiscalização. Para mais de 700 barragens de rejeitos em Minas, há apenas quatro fiscais.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Luciano Evaristo, que é presidente substituto do Ibama, destacou que o licenciamento das obras de ampliação da capacidade da

barragem foi do órgão ambiental de Minas. Mesmo não tendo participação direta, ele disse que o Ibama se incorporou à força-tarefa para as medidas emergenciais. O órgão colaborou, entre outras ações, com o resgate de pessoas e animais.

## Multas

Evaristo citou o relatório do Ibama que subsidiou a ação civil pública em que os governos de Minas e do Espírito Santo cobram da empresa R\$ 20 bilhões para cobrir danos causados pelo desastre. O órgão aplicou à empresa multas que somam R\$ 250 milhões, por cinco diferentes crimes ambientais. Ele disse que os valores não foram maiores porque a Lei de Crimes Ambientais fixa tetos para as autuações, não importando a dimensão das consequências. Diante disso, defendeu mudanças na lei.

— Não se devem colocar limites aos valores de autuação para grandes catástrofes. É preciso punir de modo proporcional e adequado, para que os eventos não se repitam.

O presidente substituto do Ibama criticou a reduzida disponibilidade de servidores para atuar na fiscalização nos diferentes órgãos. No caso do Ibama, são 900 fiscais para cuidar de todo o país, inclusive

a Amazônia. Evaristo falou dos esforços do órgão para eliminar dos quadros fiscais corruptos e criticou o “loteamento político” de órgãos de fiscalização.

Como exemplo, citou o caso da Superintendência do Ibama no Espírito Santo, cujo titular quase foi substituído por “um cidadão indicado politicamente, que não entende nada de meio ambiente”. A esse indicado, informou, caberia o comando das ações preventivas e de combate às contingências decorrentes da mancha [de lama na foz do Rio Doce]. Ele disse que “seria um desastre total”, mas a presidente do Ibama, Marilene Ramos, barrou a nomeação.

— No dia em que as nossas superintendências forem todas ocupadas por servidores de carreira, a gestão ambiental será de melhor qualidade.

O deputado estadual Cristiano Silveira, de Minas Gerais, disse que o desastre não foi um fato isolado: nos últimos 15 anos, ocorreram seis rompimentos de barragens. Ele propôs que as negociações para indenizações individuais dos prejudicados sejam intermediadas por defensores públicos.

— Até o momento, a Samarco está colocada como possível ré no processo. Não é razoável que, nessa condição,

faça negociação direta com as vítimas — afirmou.

A assessora jurídica da Associação dos Municípios Mineiros de Minas Gerais, Priscila Ramos Netto Viana, lembrou que, pela Constituição, a atividade mineral deve ser exercida segundo o interesse nacional. Na prática, contudo, prevalecem os interesses do concessionário da exploração dos recursos. No licenciamento, observou, os critérios de viabilidade econômica pesam mais que os ambientais.

## Marco legal

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais, José Maria Soares, há centenas de barragens na mesma situação de insegurança. O sindicalista cobrou mudanças no modelo de licenciamento e mais fiscalização. Ele criticou a forma como está sendo debatido o novo marco legal da mineração na Câmara. Soares lembrou que a maioria dos membros da comissão que está analisando a proposta teve campanhas financiadas por mineradoras.

— Por que votar esse marco a toque de caixa? O texto não tem nada a favor dos trabalhadores e das comunidades onde estão as reservas de minerais.

## Paim quer compromisso por sustentabilidade e bem-estar social

Paulo Paim (PT-RS) disse que a humanidade tem que estar sintonizada na descoberta de um novo modo de vida, mais sustentável, e se sentir conectada a tudo que existe.

Para o senador, os países precisam considerar a tríade “meio ambiente, economia e sociedade” como forma de pensar e de agir no mundo moderno. Ele citou a encíclica *Laudato Si (Louvado Sejas)*, em que o papa Francisco critica o consumismo e o desenvolvimento irresponsável.

— Precisamos propor um novo compromisso social e ambiental, por uma vida mais digna, equilibrada e feliz.

## Vanessa Grazziotin comemora resultados da COP-21, em Paris

Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) comemorou o resultado da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP-21), encerrada, em Paris, no fim de semana.

Segundo ela, todos os países participantes se comprometeram a assumir metas obrigatórias para que a elevação da temperatura da Terra seja de, no máximo, 1,5 grau até 2100.

Ela destacou o compromisso do Brasil de reduzir em 43%, em relação a 2005, as emissões de gases de efeito estufa até 2030.



## José Medeiros destaca conflito em pedágio indígena em MT

José Medeiros (PPS-MT) pediu ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, providências em relação à Funai para evitar tragédias como a da cidade de Juína (MT), onde dois jovens teriam sido assassinados por índios após desavença sobre o pedágio cobrado na área da etnia enawenê-nawê.

— A gente espera que os responsáveis pelo crime sejam punidos, até para que a população saiba diferenciar quem cometeu o crime do restante da comunidade indígena.



## Garibaldi pede nova negociação de dívida de produtores rurais

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) advertiu que, devido à seca no Nordeste, que já dura quatro anos, os produtores rurais do Rio Grande do Norte não estão conseguindo pagar as dívidas e precisam de mais prazo dos bancos, especialmente o Banco do Nordeste.

Segundo ele, é preciso que o Conselho Monetário Nacional prorrogue, na reunião de quinta, efeitos da lei que trata do seguro-safra e garanta mais prazo para quitação ou renegociação dos empréstimos.



## Microcefalia epidêmica é um “golpe social”, diz Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a epidemia de microcefalia é um golpe contra as pessoas, e não uma fatalidade. Ele considera esse drama comparável a outros golpes, como o descaso com o meio ambiente, o baixo investimento em educação, a inflação descontrolada e a mentira em períodos eleitorais.

— Temos que nos rebelar contra os golpes sociais que são dados neste país, e não apenas contra os golpes políticos.



Líder do governo na Comissão de Orçamento disse que vai tentar reverter corte de R\$ 10 bilhões anunciado ontem no parecer final da peça orçamentária. Para autor de relatório, se houver mudança, deve ser indicada nova fonte de redução de custos

## Corte de 35% do Bolsa Família pode ser tirado do Orçamento 2016

O LÍDER DO governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS), anunciou que vai tentar reverter o corte de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família e procurar solução para assegurar recursos para o programa.

O relator do projeto de lei orçamentária para 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), apresentou ontem, em reunião da comissão, o parecer final, que prevê o corte de R\$ 10 bilhões.

Barros disse que é possível reverter o corte, mas defendeu respeito à meta de superávit de R\$ 34,4 bilhões para a União, proposta por ele na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. “No relatório de receitas do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), não havia os recursos da CPMF e a comissão decidiu incluí-los para o ano que vem. Então, podem mudar o relatório, mas espero que digam de onde sairá o corte.”

O relator chamou de severos os cortes previstos e disse que o Brasil precisa mostrar um esforço para recuperar a confiança. “Ou temos uma meta ou desistimos disso”, declarou.

### Meta positiva

Paulo Pimenta, por sua vez, afirmou que quer meta de superávit, mas não soube precisar um número. Para ele, é mais importante preservar o investimento do governo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os recursos do Bolsa Família.

“As agências de *rating*, quando rebaixaram a nota do Brasil, disseram que estavam fazendo isso por causa do baixo crescimento, e não da falta de superávit. Por isso, devemos preservar



Ricardo Barros (2º à esq.) e senadora Rose de Freitas, presidente da CMO, durante leitura do parecer

esses programas”, disse.

A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que a principal divergência está no governo. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, defende o superávit. Já os ministros do Planejamento, Nelson Barbosa; e do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, que é quem administra o Bolsa Família, são contra os cortes.

Pimenta ressaltou que a posição do governo na comissão é contrária ao corte do Bolsa Família. Ele tem um aliado inesperado nessa votação: o líder do PSDB na comissão, deputado Domingos Sávio (MG), disse que o partido é contrário ao corte.

“Os problemas e as fraudes apontadas pelo relator precisam ser consertados no Bolsa Família, mas você não começa uma reforma demolindo o alicerce,

tirando recursos do programa”, disse Domingos Sávio.

Ricardo Barros apresentou outro corte importante no orçamento da Justiça do Trabalho: foram 50% das dotações para custeio e 90% dos recursos destinados para investimentos. Para ele, os gastos de R\$ 17,8 bilhões, 80% destinados ao pagamento de 50 mil funcionários, são demasiados, assim como a implantação de mais varas e instalações a cada ano. Barros acredita ser necessária uma reforma da Justiça do Trabalho e do direito trabalhista e, por isso, esses recursos não deveriam ser aprovados.

“Já pedi à associação dos magistrados e ao Tribunal Superior do Trabalho que nos enviem propostas nesse sentido e, enquanto isso não ocorrer, defendo que não aumentemos os recursos”, disse.

## Para Viana, povo não é a favor do impeachment

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que a baixa adesão aos protestos de domingo pelo impeachment de Dilma Rousseff é um sinal de que o processo não tem apoio popular.

— Eu acho que a grande maioria da população ficou em casa porque entendeu que tem, sim, um esquema montado da oposição com o senhor Eduardo Cunha para tentar tirar de qualquer jeito a presidenta Dilma do governo. O povo não é bobo.

Para o senador, o problema é a crise política, que agrava e impede a resolução da crise econômica.

O pedido de impeachment, na visão do senador, é “bárbaro”, porque se baseia em uma prática que, segundo ele, todos os governos já adotaram — as chamadas pedaladas fiscais. Viana afirmou que o STF decidirá ainda nesta semana sobre o rito correto que o processo terá no Congresso e disse esperar que o tribunal confirme que o Senado tem a “palavra final”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## População não quer que a presidente saia do Planalto, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou ontem que as manifestações de domingo deixaram claro que o povo está decepcionado com o governo, mas não vê motivo para o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Na opinião dela, apesar de haver decepção, não há descontentamento com o projeto que o PT colocou em ação e que tem beneficiado os mais pobres. Tudo isso, de acordo com a senadora, reforça a necessidade de o governo fazer mudanças na economia para salvaguardar as conquistas da população de baixa renda.

— Há descontentamento com o governo, mas não com o projeto. Por isso, temos que ter como meta arrumar a economia. É disso que falamos: de condições de vida da população. Não é um discurso do Estado mínimo, é do Estado eficiente, que atende a maioria do povo. Por isso que o povo não foi às ruas: não tem projeto político para colocar no lugar — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Paulo Paim discorda de processo contra presidente Dilma

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que não concorda com o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff e espera que a admissibilidade desse processo não seja aprovada na Câmara.

O impeachment, segundo ele, não se sustenta nem técnica, nem jurídica, nem politicamente. Além disso, coloca à prova a instituição democrática e prejudica a nação.

— As questões de ordem orçamentária e fiscal, apontadas no pedido de impeachment, a exemplo das pedaladas fiscais e dos decretos orçamentários, não podem jamais serem consideradas suficientes para qualquer processo dessa natureza. Foram praticadas regularmente nos governos anteriores, inclusive nas gestões, por exemplo, do próprio PSDB.

Paim também cumprimentou o ex-senador Pedro Simon, que recebeu ontem a Medalha do Ponche Verde, homenagem do governo do Rio Grande do Sul por ter se destacado na vida pública nacional.

## Adulto que envolver menor em crime deve ter pena mais dura

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar hoje o PLS 358/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), que torna mais rigorosa a punição de quem se aproveita de criança ou adolescente para cometer crimes. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Jader Barbalho (PMDB-PA), e terá decisão terminativa (não precisará passar pelo Plenário).

O texto estabelece que responderá por crime praticado por menor de 18 anos quem coagir, instigar, induzir, auxiliar, determinar ou incentivar o delito. A pena será aumentada da metade a dois terços.

O PLS 358/2015 modifica a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990) para enquadrar nela o crime que envolva a cooptação de menores de idade por adultos para sua prática. Também revoga dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tipifica a corrupção de menores.

O autor do projeto justificou a revogação do tipo penal por entender que ele contribuía para livrar a punição de adultos que se valessem de menores já reincidentes para cometer crimes.

Os argumentos usados pelo autor convenceram o relator a recomendar a aprovação da proposta. Escreveu Jader no parecer:

“A proposição aperfeiçoa a legislação penal, avançando no problema da criminalidade juvenil, sem violar o preceito da inimputabilidade do menor de 18 anos. Quem corrompe o menor, induzindo-o a praticar crime, deve responder não pela corrupção em si, mas pela conduta ilícita efetivamente praticada, inclusive sofrendo os gravames previstos na Lei de Crimes Hediondos se for o caso”.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLS 358/2015 irá para a Câmara.

## Lindbergh: pedido de impedimento não tem consistência

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que não há fundamentos jurídicos para o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ele disse que não existe uma acusação direta e considerou inconsistentes os argumentos das pedaladas fiscais e dos decretos de abertura de créditos suplementares utilizados no pedido de impeachment.

O senador ressaltou que todos os governos praticaram as pedaladas fiscais e explicou que as leis orçamentárias previam a possibilidade de abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa, desde que a meta de superávit primário fosse cumprida. Segundo Lindbergh, ao aprovar a alteração da meta, o Congresso legitimou os créditos suplementares assinados por Dilma.

— Na denúncia contra Fernando Collor havia um crime de responsabilidade claro. Foram encontradas contas do PC Farias. E para o impeachment de Dilma? Ela é uma mulher honrada e honesta. Não há denúncia contra ela.



Jefferson Rudy/Agência Senado